

## O Limes Reno-Danubiano: Conceito e Prática no Alto Império.

---

Norma Musco Mendes

**Abstract:**

*The purposes of this paper are to discuss the maintenance of the ideology of imperium sine fine along of the Roman Empire and the roman concept of frontier, specifically in the West.*

Este artigo é fulcro da pesquisa realizada para elaboração da minha tese de Doutorado defendida na Universidade Federal Fluminense, sob a orientação do Prof. Dr. Ciro Flamarion.

Na definição do instrumental teórico que norteia a elaboração desta conferência mencionamos que os sistemas sócio-culturais são considerados, ao lado dos sistemas filogenéticos (evolução das espécies) e psicológicos como sistemas adaptativos complexos, pois não apenas mantêm a sua estrutura, mas a reelaboram continuamente, num processo denominado de morfogênese<sup>1</sup>. Um sistema aberto, apresenta a propriedade original de manter relações perenes com o meio no qual se situa, de maneira que o sistema como um todo nunca está em equilíbrio perfeito, mas realiza processos a partir da decodificação ativa de estímulos enviados do exterior que o forçam a assumir um dinamismo e uma complexidade não encontrados nos sistemas fechados, os quais operam segundo os princípios da homeostase. Daí, diferentemente dos sistemas biológicos que processam e reagem aos agentes externos mantendo sua estrutura dentro de limites bem definidos, os sistemas sociais apresentam a propensão para mudar.

Portanto, os mesmos princípios de interligação, interdependência e complementaridade que regem o funcionamento dentro do sistema, também, são observados entre o sistema e seu ambiente. Entendemos por ambiente do sistema, segundo definição proposta por C.W. Churchman<sup>2</sup>, algo que se situa "fora" do sistema, ou seja, um conjunto de elementos sobre o

qual o sistema possui condições mínimas de exercer um controle efetivo mas que, por outro lado, determina em parte o seu próprio funcionamento.

De acordo com a adaptação dos axiomas gerais do modelo de sistema — mundial de I. Wallerstein<sup>3</sup> para aplicação às sociedades da antiguidade, entendemos o Império Romano como um sistema mundial caracterizado por sua estrutura celular, concêntrica e centralizada, evidenciada por um tipo de relacionamento entre o centro decisório, as áreas integradas, semi-periferias e periferias. Assim, torna-se de suma importância o estudo dos parâmetros externos ao sistema imperial romano que ao serem atingidos, a partir de meados do IIº século, assinalaram um ponto de inflexão irreversível para a manutenção do nível de complexidade social do sistema imperial romano. Refiro-me à problemática da pressão externa sofrida pelo Império Romano Ocidental, principalmente nas fronteiras européias, a partir de fins do IIº século, a qual se articula ao processo de movimentação de povos na Europa Central que teve início no primeiro milênio a.C. e continuou até o final do primeiro milênio d.C. Neste contexto mundial é que devemos estudar as guerras entre Roma e os germanos, as quais devem ser analisadas através das transformações estruturais, tanto em função das vertentes internas quanto externas ao sistema intra-imperial romano.

Tal estudo implica a análise de dois processos interrelacionados e fundamentais para a mudança social, tanto em relação ao Império Romano como na periferia germânica. O primeiro processo envolve as estratégias defensivas e de competição entre o centro e os grupos periféricos. O segundo processo relaciona-se à criação e manutenção de um relacionamento interdependente entre várias comunidades, as quais apresentam níveis de complexidade sócio-política diferentes. Tais processos nos auxiliam a entender como o sistema de domínio imperial romano se reproduzia, assim como, definem o seu dinamismo e as condições de sua existência.

O objetivo deste artigo é analisar a concepção que os romanos tiveram sobre fronteiras, cujo entendimento é imprescindível para o estudo dos processos acima mencionados.

Tácito<sup>4</sup> menciona que Augusto deixou para Tibério o seguinte conselho: o império devia ser mantido dentro das pedras de limites (*intra terminos imperii*).

Dio Cassius<sup>5</sup> afirma que Augusto aconselhou a Tibério a ficar satisfeito com as suas existentes possessões e não pretender ampliar o império.

Com base neste *consilium* Edward Luttwak<sup>6</sup> sustenta a hipótese de que a derrota de Q. Varo na floresta de Teutoburgo em 9 d.C., frente ao exército bárbaro comandado por Armínio, significou o fim da política de conquista romana e a consolidação da fronteira com a periferia germânica norteada pela noção de uma estratégia imperial que objetivava a criação de

um perímetro fronteiro de defesa com base em limites naturais guarnecidos por tropas auxiliares, estacionamento de legiões, sistema de comunicações rápidas entre as linhas de frente e um bom fluxo de informações entre os generais e o imperador. Algo que evoluiu, na época dos imperadores Flávios, para uma linha de defesa militar.

Recentemente, diante dos pressupostos dos teóricos de sistemas mundiais, estas afirmações têm sido revistas através de um maior diálogo entre a história e a arqueologia e pela releitura da documentação textual. Destacamos, principalmente os trabalhos de C.R. Whittaker, os quais são norteados pela hipótese de que a idéia de fronteira no mundo romano não deve ser entendida em termos lineares, estanques, mas sim, como uma franja de território, local de união e integração entre aqueles que são culturalmente diferentes<sup>7</sup>.

Tal hipótese parece-nos plenamente plausível diante dos seguintes argumentos:

#### *1- O conceito de limites.*

A tradição lendária de Roma já apresenta uma dualidade entre Rômulo, arquétipo do ideal expansionista romano e Numa, símbolo da lei, da ordem e dos limites, a qual é evidente na seguinte passagem de Plutarco:

“Foi (Numa), segundo dizem, o primeiro que edificou um templo para *Fides* e a *Terminus*, ensinando aos romanos a considerar a Boa Fé (*Fides*) como o maior de todos os juramentos, algo que até hoje observam. *Terminus* relacionava-se ao limite ou marco, e a ele fazem sacrifícios públicos e privados nos limites dos campos (...) Parece ter sido Numa quem teve o mérito de traçar as fronteiras de todo o território da cidade. Rômulo não o quis fazer, temendo que ao medir a extensão do seu território, estivesse dando reconhecimento da propriedade que ele havia tirado de outros, dizendo que o respeito a *Terminus* é um freio ao uso da força e o desrespeito é uma prova de abuso de poder”<sup>8</sup>

O deus Término, portanto, é o deus das pedras de limites de um território ocupado e explorado pelos homens e do *ager romanus*. Na festa anual da Terminália, em 23 de Fevereiro, os chefes dos campos vizinhos depositavam nos limites de suas propriedades uma coroa e oferendas para o deus Término. Posteriormente, os vizinhos comemoravam num banquete, como hóspedes recíprocos, as relações de confiança e amizade. Término funciona como um deus da separação e da proximidade. Tais relações são regidas pela *Fides*. Ultrapassar pacificamente um limite territorial garantido por Término somente é possível na condição de hóspede. Caso contrário, seria reconhecido como inimigo, algo que significaria a guerra.

A importância desta divindade como protetora dos limites do *ager romanus* é evidente diante da sua associação a Júpiter Ótimo Máximo e a *Juventas*, pois conforme Tito Lívio nos informa a construção do templo de Júpiter, junto ao local consagrado à *Terminus*, foi interpretado como um presságio e um augúrio de solidez e de estabilidade de uma cidade destinada a ser a capital do mundo<sup>8</sup>. Esta tradição lendária nos leva a inferir que a associação destas divindades à Júpiter representa a idéia de que o deus soberano uniria os dois aspectos fundamentais da estrutura social: a soberania, o controle, a atuação militar dos jovens e a proteção da propriedade privada, principalmente territorial, a qual era dividida entre eles. A associação de *Terminus* à *Fides*, demonstra que este deus é a garantia da justiça, a qual regula o relacionamento entre os *cives* e os povos vizinhos.<sup>9</sup> É, portanto, o símbolo das relações humanas e o protetor dos limites da lei civil romana, o qual não deve ser confundido com o limite da atuação militar dos romanos.

## 2- As representações do *Imperium Sine Fine*.

Esta mesma linha de raciocínio se articula com a percepção dos romanos sobre a cosmologia.

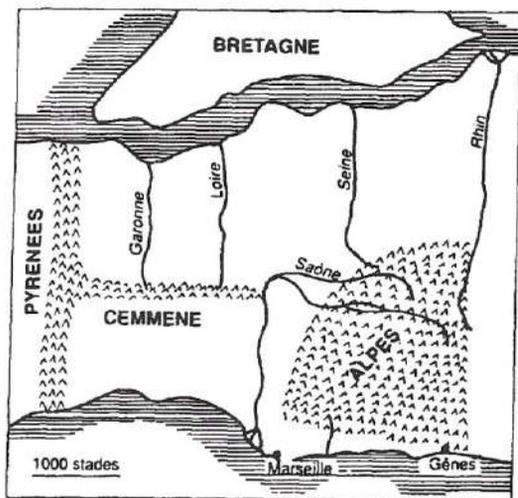
Os dois espaços fundamentais que estruturavam o universo mental dos romanos são a *Urbs et orbis terrarum*. A *Urbs* é o centro do mundo, a cidade da vida social, do prazer, dos templos, da riqueza, da cultura e do poder. O *orbis terrarum* é representado gradualmente no momento da conquista por ocasião das cerimônias de triunfo. Ao longo do desfile eram apresentados os mapas com a lista das cidades, os nomes das montanhas e rios conquistados, projetando-se a forma e a distância das regiões submetidas. Após a cerimônia estes mapas das regiões gradualmente conquistadas eram pintados nos muros dos templos.

Evidentemente, por razões políticas e administrativas estes mapas tinham como objetivo visualizar a posse do mundo. Com o estabelecimento solene do Principado, em 27 a.C., consolidou-se a missão divina de conquista, dominação, pacificação e organização de todo o mundo pelos romanos sob o governo do *Princeps*. Tal concepção ecumênica foi veiculada pela *Res Gestae Divi Augusti*, cuja ilustração pode ter sido o principal objetivo da elaboração, possivelmente por Agripa, em 7 ou 2 a. C., de um mapa universal do mundo romano.<sup>10</sup>

A cartografia romana, no entanto, não avançou muito daquela dos gregos ou da época helenística. As representações do mundo eram solidamente empíricas, descritivas e tributárias das possibilidades técnicas dos homens da época. O espaço era organizado e limitado pela prática dos

*peripli*, os quais implicavam numa visão linear. As proporções regionais eram orientadas segundo critérios analógicos estabelecidos pelas seguintes relações: geometria / percepção empírica; conhecido / desconhecido; eu / outro; perto / longe, certo / incerto. As distâncias eram medidas de acordo com a acessibilidade, prejudicando a observação correta da posição geográfica e das dimensões regionais. Reproduzia-se, assim, uma visão distorcida do universo.

A título de exemplo, o mapa abaixo, elaborado pelas descrições de Estrabão nos demonstra que a região entre os Pirineus e o Rio Reno foi percebida como uma série alongada de regiões retangulares, limitadas entre dois rios que corriam de norte para sul. Ademais, a distância entre os Pirineus e o Rio Reno foi ampliada enquanto aquela entre Marselha e a Britânia foi reduzida à metade<sup>11</sup>.



Fonte: WHITTAKER, C.R. *Frontiers of the Roman Empire. A social and economic study*. London: John Hopkins University Press, 1994. p. 13.

Parece-nos evidente, portanto, que os conhecimentos de cartografia da época não sustentam a idéia de uma política de fronteiras naturais como um perímetro defensivo. Além disto, os vestígios dos sítios de fronteira não demonstram a possibilidade de percepção de valores táticos ou estratégicos para o limite de defesa militar. As fortificações e a presença de legiões ao longo do *limes* Reno-Danubiano se articulam à sua função como um ca-

minho de passagem de suprimentos, canal de comunicação e uma base de conquista e não de delimitação da ação militar romana.

As representações dos confins do Império ou do fim do mundo encontradas nas imagens veiculadas pela documentação textual ou material nos reportam para uma percepção de cosmologia, espaço social e ideologia de um *imperium sine fine*. Vejamos alguns exemplos: Tácito e Herodiano descrevem o Império Romano com fronteiras limitadas pelo mar dos oceanos e distantes rios<sup>12</sup>. Os signos de domínio universal estão presentes em grande parte nos edifícios públicos ou no camafeu de Augusto do ano 10 a.C., reproduzido abaixo.



Fonte: *Storia Universale dell'arte* — L'Antichità Classica.  
Novarra: Stampa, 1990, p. 287

Neste camafeu Augusto é representado como Júpiter, próximo da deusa Roma, segurando o bastão de comando militar e olhando para Tibério em sua carruagem da vitória. Abaixo estão os soldados com os bárbaros cativos. Atrás de Augusto vemos a personificação do *Oceanus* e da *Oikomene* (*Tellus* – Terra), a qual está coroando Augusto. Acima de Augusto vemos a imagem do globo terrestre marcado com o seu signo astrológico (capricórnio).

O poeta Ovídio nos informa que o culto ao deus *Terminus* era feito no Capitólio especificamente porque de lá não se via outro lugar além das estrelas. Acrescenta que para os outros povos a terra era dada com limites fixos. Mas para a cidade de Roma seu espaço era o mesmo que o do mundo<sup>13</sup>.

Numa perspectiva cosmológica de acordo com Estrabão o *orbis terrarum imperium* tinha duas partes: território organizado pela administração romana que poderia ser ampliado e as *externae gentes*, as quais eram submetidas, mas não anexadas<sup>14</sup>.

Se considerarmos as seguintes passagens de Estrabão<sup>15</sup>: "(...)quando os exércitos romanos atingiram o Rio Elba, Augusto impediu os generais de avançar, pois as tribos que lá existiam estavam em paz (...)" e de Suetônio<sup>16</sup>: "(...) Augusto nunca empreendeu uma guerra com qualquer nação sem uma justa e necessária causa e estava longe de querer aumentar o Império ou a sua própria reputação militar de qualquer forma, que forçasse o juramento dos líderes bárbaros (...) ele manteria sua palavra e a paz (...)", veremos que o mencionado conselho de Augusto a Tibério relacionou-se aos efeitos da derrota de Q. Varo em 9 d.C. e, não ao fim da expansão militar romana. Aconselhava a manutenção do espaço da lei civil romana, ou melhor, da área anexada ao império.

A virtude romana articulada à glória militar e a ideologia do *imperium sine fine* permaneceram central na figura do bom imperador romano até o final do Império Romano.

Os panegíricos latinos demonstram que a *virtus* é a virtude que adorna os imperadores desde Augusto a Teodósio. Articulada à *virtus* se encontra a *Victória*, a qual determina que o imperador romano, chefe do *imperium infinitum* seja declarado *invictus*.

Sabemos da importância da política expansionista de Trajano para a construção da sua imagem como *Optimus Princeps*. Já Herodiano afirma que a ambição de Sétimo Severo era aumentar a glória de triunfador não só nas guerras civis como também contra a barbárie. As inscrições da África intitulam este imperador de *propagator imperii*.

Durante o IV século, o *limes* conservou a sua função de base ofensiva. Tal afirmação é sustentada pela organização das campanhas de Juliano na Gália<sup>17</sup>, pelas operações de comando para obter informações sobre os germanos e conservar a vantagem da surpresa<sup>18</sup>; pela manutenção com Valentiniano I do esforço para manter o controle dos alamanos e quados através da construção de fortificações no território destes povos<sup>19</sup> e pela indignação deste mesmo imperador, frente à reclamação dos quados, os quais consideraram uma provocação a construção de fortificações em seu território, situação que provocou, segundo Amiano, a morte de Valeriano I, vitimado por uma ataque de apoplexia<sup>20</sup>. Ademais, as figuras 2, 3, 4 e 5, abaixo, demonstram a presença da imagem da Vitória nas moedas e sua permanência até o reinado de Constâncio II, momento já de contração do território imperial.

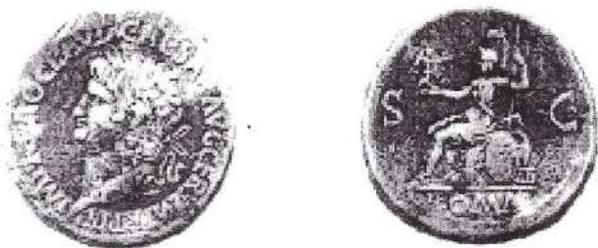


Fig.2: sestércio de bronze – c. 66 d.C. *Anv.* Imperador Nero;  
*Rev.* Roma segurando a Vitória na mão direita e a lança na esquerda.

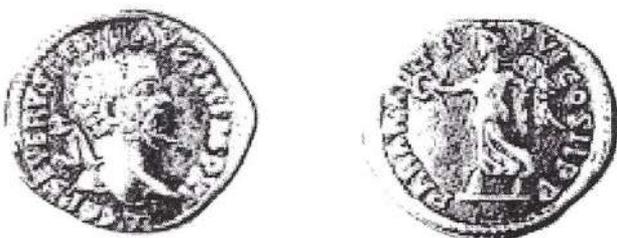


Fig.3: denário de prata, 198 d.C. *Anv.* Busto laureado de Sétimo Severo;  
*Rev.* Vitória caminhando e segurando uma coroa e uma palma.



Fig. 4: Antoniano de prata – 244/249; *Anv.* Busto de Felipe I,  
*Rev.* Vitória Augusta.

Fonte: *Retratos e Propaganda. Faces de Roma*. Brasília: Museu de Valores do Banco Central do Brasil, s/d. páginas 82, 46, 49.



Fig. 5: moeda de ouro do Imperador Constâncio.

Fonte: Atlas of the Roman World, edited by Tim Cornell and John Matthews. New York, 1992. p. 202.

### 3- *Idéia da Alteridade:*

Conforme já mencionamos, não podemos ser iludidos pelo mito da existência de fronteiras naturais cercando o Império Romano, pois as fronteiras não tinham o significado de fins, confins, limite onde Roma permanecia em confronto com os inimigos. No entanto, havia uma barreira moral entre romanos e bárbaros fundamentada no conceito de *humanitas*, o qual distinguia o homem civilizado do selvagem<sup>21</sup>. As fronteiras do mundo romano eram aquelas do “universo civilizado” cercado por “bárbaros”. Somente a melhor parte da *oikoumene* deveria ser ocupada e organizada, embora o resto estivesse aberto à missão civilizadora de Roma e a exploração econômica.

Ademais, a idéia de fim da conquista é muito restrita, pois a linha administrativa de fronteira nunca inibiu os romanos de avançar por onde tivessem reais interesses, como foi o caso, por exemplo da anexação da Britânia, Trácia, Lícia e Judéia, época de Cláudio (41-54), região da Alemanha de alta população e de produção de alimentos ao longo do Neckar, Main, Taunus e áreas de possibilidade de existência de trocas comerciais, durante a dinastia dos Flávios, território da Arábia e da Dácia sob o governo de Trajano (106-117).

Em relação às outras regiões menos povoadas e com menores possibilidades de produção de alimentos, bastava o controle político indireto. Isto é evidente na *Res Gestae Divi Augusti*, onde o padrão de relacionamento entre Roma e os povos vizinhos é descrito da seguinte forma:

“Muitas vezes travei guerras em terra e por mar, civis e externas, no mundo inteiro; e, vencedor, poupei todos os cidadãos que pediram perdão. Preferi conservar a destruir povos estrangeiros, que pudessem ser perdoados sem perigo.”<sup>22</sup>

Na *Germânia*, Tácito comenta a preferência dos romanos pela intervenção na política tribal mais do que no uso da força militar, estimulando a discórdia entre as tribos<sup>23</sup>. Algo que fica evidente pelo apelo dos reis da Britânia à Cláudio, motivando a invasão e criação da província do mesmo nome. Sabemos, ainda por Tácito, que os frísios eram submetidos ao *obsequium* romano, apesar de nunca terem sido anexados<sup>24</sup>. Suetônio nos diz que Augusto, além de fomentar uma política de alianças entre os reis aliados, tratava-os como se fossem membros e partes do Império<sup>25</sup>.

A dualidade na concepção das fronteiras imperiais criou um tipo de relacionamento entre romanos e estrangeiros baseado na noção de superioridade dos romanos que se consideravam senhores (*patronos*) do mundo inteiro. P.Veyne afirma que:

“(…) as suas relações com os súditos ou estrangeiros são um patrocínio; não são relações com parceiros iguais, segundo regras formais, mas relações pessoais, desiguais e informais; não se atribui uma norma a um rei, os súditos devem entregar-se com confiança à sua boa-fé e à sua humanidade. Por isso, Roma concebe as relações internacionais como uma espécie de relações clientelares, que não têm outra lei a não ser a boa-fé do senhor; se o estrangeiro, por seu lado, não se comportar como um cliente leal, converter-se-á num rebelde, tornar-se á culpado.”<sup>26</sup>

Esta dualidade é evidente na noção de ambivalência entre regiões sob uma administração direta e regiões onde o controle romano se processava através de uma rede de alianças entre a elite cêntrica e local, quer dizer, “a força e o poder dos reis dependiam da autoridade de Roma”<sup>27</sup>. Desta forma, na qualidade de reis aliados, os *socii* faziam parte do *imperium*, pois a posição de inferioridade dos reinos amigos ficava evidente pela utilização do termo *fides* como conceito regulador dos tratados. Desde a época mais arcaica a *fides* significava o abandono confiante e total de uma pessoa a outra. Agia como garantia dos relacionamentos humanos, seja o casamento, a tutela, os contratos de compra e venda, ou mesmo, as relações entre os clientes e patronos<sup>28</sup>.

Foi o tipo de relacionamento sócio-político com as comunidades estrangeiras que definiu a fixação das fronteiras romanas, pois a noção de fronteira era indeterminada e os romanos, conforme já afirmamos, não se achavam constrangidos pelas diferenças entre administração direta do território anexado e transformado em província e o controle indireto dos territórios mais distantes.

Desta forma, entendemos que as fronteiras do mundo romano devem ser explicadas por um conceito onde haja a interação entre a economia, sociedade e Estado para se definir os limites geográficos vantajosos para os benefícios da sociedade, ou melhor, entender as fronteiras como “parâmetro de crescimento”<sup>29</sup>.

Mesmo de forma bastante rudimentar os imperadores romanos tiveram certa consciência do custo marginal da ação imperialista, em função da qual, as conquistas se restringiram às áreas onde os sistemas sócio-políticos preexistentes eram desenvolvidos o suficiente para justificar o custo da conquista<sup>30</sup>.

Diante do exposto, portanto, o sistema de domínio romano era suportado pela ideologia tradicional expansionista e clientelística em relação aos povos que viviam além das fronteiras provinciais. Isto implicou, sem dúvida, na idéia de negação de existência de qualquer outro poder igual ao de Roma, o qual pudesse disputar a posse de territórios.

As relações intra-imperiais romanas foram marcadas por profunda assimetria, a qual se fundamentava numa discriminação étnico-cultural por parte do centro em relação aos povos periféricos. Esta assimetria, fundada na absoluta superioridade político-militar, assegura na periferia o privilégio dos interesses do centro, assumidos pelas elites locais. O *imperium* foi, portanto, o mecanismo político de incorporação, organização e controle sobre uma ampla e diversificada região. Ou melhor, consistiu no controle direto sobre amplas redes econômicas já existentes.

Ressalto que o parâmetro do ambiente do sistema de domínio imperial romano era caracterizado pela noção de fronteiras abertas, cuja integração era baseada numa variedade de relações de exploração de recursos materiais e humanos com as inúmeras tribos (frisões, caucos, bructeros, queruscos, hermunduros, marcomanos, quados, sármatas) localizadas além do *limes* Reno-danubiano, as quais apresentavam níveis de complexidade social distintos:

- sistema romano sobre uma base celta, resultado da conquista romana com uma “civilização arcaica” altamente desenvolvida e incorporada ao império romano;
- sistema celta, formado por reinos vassalos que atuavam como uma zona tampão entre o Império e as tribos germânicas do interior;

• sistema germânico independente mediado, particularmente a partir de 100 a.C., através dos contatos com a região celta.<sup>31</sup>

A região de fronteira representa a mudança de uma área de produção intensiva para extensiva, onde a capacidade de coleta de excedente alimentício era limitada pelos sistemas sociais, os quais eram incapazes de produzir tais excedentes. Deve ser definida como áreas de troca e agentes de transformação, pois a função das semi-periferias ou periferias era servir ao centro geo-político para assegurar seu funcionamento e manutenção através de uma rede de trocas e alianças políticas entre a elite cêntrica e local.

Em uma outra oportunidade pretendemos discutir como este padrão de relacionamento integrado entre o *barbaricum* e o *imperium* tornou-se contraditório. Favoreceu o desenvolvimento da complexidade social da periferia germânica, o qual superou o parâmetro do ambiente do sistema de domínio imperial romano, descaracterizando as condições de sua reprodução.

## Notas

<sup>1</sup> BUCKLEY, W. A. *Sociologia e a Moderna Teoria dos Sistemas*. São Paulo, Cultrix, 1976. p.33.

<sup>2</sup> CHURCHMAN, C. W. *Introdução à teoria dos sistemas*. Petrópolis, Vozes, 1971, p. 58.

<sup>3</sup> Vide ROWLANDS, M. "Centre and Periphery: a review of a concept" e HASEL-GROVE, C. "Culture process on the periphery: Belgic Gaul and Rome during the late Republic and early Principate". ambos In: ROWLANDS, M. et alli. Op.Cit.; SCHNEIDER, J. "Was there a Pre-capitalist World-System?" In: *Peasant Studies*. Vol. VI, nº 1, January, 1977 FRANK, G. A. and GILLS, B. (ed) *The World System. Five hundred years or five thousands*. London: Routledge, 1993. SANDERSON, S.K. (ed) *Civilizations and World System*. London: Altamira Press, 1995. CHAMPION, T.C. *Centre and Periphery. Comparative Studies in Archaeology*. London: Routledge, 1995.

<sup>4</sup> TÁCITO, *Anais* 1.11

<sup>5</sup> *Histórias*, 56.33

<sup>6</sup> Vide LINTOTT, A. *Imperium Romanum. Politics and Administration*. London and New York: Routledge, 1993. Cap. I e WOOLF, G. *World-systems analysis and the Roman Empire*. In: *Journal of Roman Archaeology*. University of Michigan: Department of Classical Studies, 1990, vol.3, p.44— 58.

<sup>7</sup> W HITTAKER, C. R. *Frontiers of the Roman Empire. A social and economic study*. London: Johns Hopkins University Press, 1994. e WHITTAKER, C.R. Trade and Frontiers of the Roman Empire. In: WHITTAKER, C.R. and GARNSEY, P. (edit). Trade and Famine in Classical Antiquity. Cambridge University Press, 1983. pag. 113.

<sup>8</sup> Tito Lívio, I, 55 e V, 55.

<sup>9</sup> Vide DUMÉZIL, G. *La Religion Romaine Archaïque Paris*: Payot, 1966. p. 203 ss. e MESLIN, M. L'Homme Romain. Paris: Hachette, 1978. p. 38 ss.

<sup>10</sup> Vide NICOLET, Cl. *Space, Geography and Politics in the Early Roman Empire*. The University of Michigan Press, 1991

<sup>11</sup> Vide NICOLET, Cl. *Rendre à César. économie et société dans la Rome Antique*. Paris: Gallimard, 1988 p 278 ss.

<sup>12</sup> Anais, 1.9; 2.11.5.

<sup>13</sup> Fasti 2.667-84 Apud W HITTAKER, C.R. *Frontiers of the Roman Empire. A social and economic study*. London: Johns Hopkins University Press, 1994. p 29

<sup>14</sup> *Cosmographia*, 2.5.8 Apud W HITTAKER, C. R. *Frontiers of the Roman Empire. A social and economic study*. London: Johns Hopkins University Press, 1994. p. 12 ss.

<sup>15</sup> Apud. *Cosmographia*. 7.1.4.

<sup>16</sup> Augusto, 21.28.

<sup>17</sup> *Res Gestae*, 16.12. 1-70.

<sup>18</sup> *Res Gestae*, 18.2.12-13.

<sup>19</sup> *Res Gestae*, 28.2.5; 29.6.1-2; 30.7.6.

<sup>20</sup> *Res Gestae*, 30.6.2-3.

<sup>21</sup> VEYNE, P. "Humanitas: Romanos e não Romanos". In: GIARDINA, A. *O Homem Romano Lisboa*: Presença, 1992. p. 283.

<sup>22</sup> *Res Gestae Divi Augusti*, 1.3. Vide também as passagens de 26 a 32.

<sup>23</sup> *Germânia* 33-36.

<sup>24</sup> *Anais* 4.72.

<sup>25</sup> *Augusto*, 48.

<sup>26</sup> VEYNE, P. "Humanitas: Romanos e não Romanos". In: GIARDINA, A. *O Homem Romano*. Lisboa: Presença, 1992. p. 283

<sup>27</sup> *Germânia* 42.

<sup>28</sup> RICH, J. "Patronage and interstate relations" In: WALLACE-HADRILL, A. (ed) *Patronage in Ancient Society*. London: Routledge, 1990. p. 129.

<sup>29</sup> WHITTAKER, C. R. Op. Cit. p. 84.

<sup>30</sup> TAINTER, J. *The Collapse of Complex Societies*. Cambridge University Press, 1988. Cap. III.

<sup>31</sup> HEDEAGER, L. "Empire, frontier and the barbarian hinterland: Rome and northern Europe from AD 1 — 400". In: ROWLANDS, M. et alii. *Centre and Periphery in the Ancient World*. Cambridge University Press, 1987. p. 126 e FLEMING, M.I.D'Agostino, "A Cultura Romana e os Povos do Norte Europeu". In: *Clássica. Suplemento 2*, Araraquara: UNESP, 1993. p.251/260